

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA

1. O Cânone ocidental: legado maquiavélico e legado humanista

a) *Cristãos e especiarias*

Ultrapassada a época em que os Ministérios que superintendiam as Forças Armadas se chamaram Ministérios da Guerra, de facto a chamada Defesa, uma designação mais apropriada a partir da Carta da ONU é um conceito que estabelece uma equação entre *emergência* e *Forças Armadas*, embora actualmente não exista uma forçosa relação entre perigo e apelo imediato às Forças Armadas para a intervenção. Designadamente, com especial relevo para a diplomacia, o perigo de agressão exige sempre a dissuasão derivada da prontidão das Forças Armadas, para respaldar a primeira intervenção das administrações económica, técnica, financeira. Acrescentem-se, com relevo crescente, as agressões nascidas no interior de um ordenamento político, que exigem a utilização de uma série de medidas como a declaração de estado de sítio, tribunais especiais, medidas policiais, acção psicológica, e assim por diante, com a prontidão a respaldar esta circunstância nova da interdependência da segurança externa e da segurança interna. De qualquer modo, a intervenção das Forças Armadas, no âmbito hoje alargado da defesa externa e interna, teve sempre uma relação indissolúvel com os interesses privados, ou da sociedade civil.

Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa.

A questão que hoje se chama da privatização da defesa tem que ver com a tendência para entregar a *organizações privadas* parte das responsabilidades que a evolução, que levou ao conceito renascentista de soberania, tinha concentrado nas Forças Armadas. Nessa data, a relação do poder militar com a vida privada da sociedade não era um simples *efeito colateral*, antes esteve articulada com o conceito estratégico do Estado, mas a delegação de funções em organizações privadas de regra não existia. Por outro lado, a própria relação, de facto contratualizada, do feudalismo militar, fora ultrapassada pela centralização do poder soberano, o que levou Maquiavel a falar pela primeira vez no Estado, embora por então um conceito a aperfeiçoar⁽¹⁾.

Para descrever essa tendência flutuante da relação entre Forças Armadas e Privatização, talvez seja indicado lembrar como a expansão do poder político sistematicamente cobriu a acção militar com a *invocação de valores éticos*, mas definindo sempre *objectivos estratégicos económicos*, os quais variaram a articulação entre o invocado *bem comum* e *interesses indiscutivelmente privados*. A privatização da defesa tem pois uma longa história, sendo provável que no século XX tenha alcançado um patamar excessivo de alienação da função militar em organizações privadas.

Tal evolução da defesa convoca-nos para meditar sobre o Cãnone ocidental, nesta entrada do Terceiro Milénio, em que a circunstância do Ocidente, no sentido de Ortega, se manifesta numa pluralidade de vozes que, pela primeira vez na história, se exprimem em liberdade, cada uma em nome de uma identidade muitas vezes mais sonhada do que expressa na realidade social e política.

Essa circunstância plural foi, até ao ponto final do império colonial euromundista (colocado pela guerra mundial de 1939-1945), considerada pelos ocidentais como abrangida no conceito - o *resto do mundo*, uma expressão que se apoiava no juízo valorativo da inferioridade cultural, científica e até ética dos povos que o habitavam, ainda quando a

⁽¹⁾ M. Bloch, *La société feudale (1393-1499)*, Torino, Einaudi, 1962. Mitteis, *Le strutture giuridiche e politiche dell'età-feudale*, Brescia, Morcelliana, 1962. Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, sobre as crises de fidelidade à Coroa. É Maquiavel que usa, nas primeiras linhas do seu livro, a palavra *Estado* para abranger todas as formas de "império sobre os homens": Maquiavel, *The Prince*, The University of Chicago, The Great Books, 1952.

referência da igual dignidade dos homens fazia parte do proclamado conceito ético dos dominadores soberanos⁽²⁾.

De facto, a linha dominante de todos os poderes políticos, que participaram na gestão colonial do resto do mundo, foi a de considerar essas populações como a *cera mole* que eventualmente viria a tomar a forma dos modelos de comportamento ocidentais.

Nem todos os participantes nesse feixe de soberanias, em regra da frente marítima Atlântica, invocaram as mesmas referências éticas de justificação da acção expansionista levada a cabo, e que pode considerarle consumada a partir da tomada de Ceuta pelos Portugueses em 22 de Agosto de 1415, quando a Conferência de Berlim de 1885 definiu arbitrariamente as fronteiras de cada colónia africana, nem todas com este nome, todas porém com igual estatuto de submissão.

Os Portugueses e os Espanhóis proclamaram sempre o *dever de evangelizar* em nome do cristianismo romano, produzindo um longa teoria de missionários, beatos, santos, mártires e também teólogos-juristas, como Francisco Suarez e Las Casas, que de algum modo, mas esporadicamente, foram tornando extensiva a esse *resto do mundo* a parábola das duas faces da moeda, que mandou dar a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César; os Franceses, mais tardios na implantação da soberania colonial, prometeram expandir por esse meio as *luzes da Revolução* de 89; os Ingleses, pragmáticos, invocaram os *benefícios da civilização*, um pesado fardo que deveriam transportar para benefício dos povos que viviam sob céus distantes.

Todavia, em nenhum dos casos deixou de existir o *denominador comum do interesse económico*, uma face da privatização da intervenção militar: a evangelização, segundo o *Roteiro* de Vasco da Gama, foi acompanhada, de acordo com a explicação do anónimo marinheiro inquirido pelos naturais de Calecut, pela *busca simultânea de cristãos e especiarias*; e o avanço presidido pela decisão final de Berlim foi justificado aos Parlamentos como necessário para obter o domínio de *matérias-primas* indispensáveis à indústria, e de *mercados* indispensáveis ao comércio de produtos acabados⁽³⁾. A necessidade de mão-de-obra, e a escravatura

⁽²⁾ Adriano Moreira, *A comunidade Internacional em Mudança*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2007, p. 189, sobre "os caracteres da conjuntura".

⁽³⁾ Vera Micheles Dean, *The Nature of the Non-Western World*, New York, 1957. Cheikh Anta Diop, *L'unité culturelle de l'Afrique Noire*, Paris, 1958. Eugene Paul

de resposta ficaram ligadas a esta persistente definição de conceito estratégico, relacionada com a prestação de serviço pela soberania à comunidade civil, com destaque para a vida económica.

b) O poder dos sem poder

Foi no rescaldo do desastre da guerra de 1939-1945, que custou cinquenta milhões de mortos, que inspirou a utilização da arma atómica, que reduziu a Europa a escombros, que inscreveu a solução final no passivo europeu, que também por fim se fez a mais clara identificação do activo do Cânone ocidental, ao mesmo tempo que a *privatização da defesa* recebeu um novo perfil, articulado com o predomínio da economia de mercado.

A Carta da ONU e a Declaração dos Direitos do Homem foram exclusivamente escritas por ocidentais; o *diálogo* em substituição da subida aos extremos da guerra, apelou à razão, colocada no lugar das cóleras armadas; o *modelo democrático* dos regimes, de matriz ocidental, foi apontado como o paradigma de excelência de governo; a *igual dignidade dos homens*, sem distinção excludente de etnias, de crenças, de culturas, ficou consignada como matriz dos direitos naturais e inalienáveis; o respeito pelo *direito internacional*, sendo este uma criação ocidental, foi tendencialmente confiado a jurisdições transnacionais; o *desenvolvimento humano sustentado* assumiu-se como um dever da comunidade mundial; o *direito à liberdade de todos os povos* foi proclamado e prosseguido; as intervenções a cargo das organizações especializadas desenvolveram um tecido de *unidade do género humano*, numa *casa comum* que é a Terra. Tudo foi escrito por mãos ocidentais, finalmente decididas a libertar do jugo colonial aquilo que no passado foi considerado - *o resto do mundo*. Neste, emergiu o *poder dos sem poder*, que no século XX reanimaram o apoio privado dos *mercenários*, uma das manifestações mais lastimáveis da privatização.

Dvorin, *Racial separation in South-Africa: an analysis of apartheid theory*, Chicago, 1956. Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Lisboa,}. N. I. C, 1961. Marcos Faria Ferreira, *Cristãos e Pimenta*, Almedina, 2007.

2. A paz efémera

O fim das guerras, sobretudo quando são guerras de dimensão mundial, é de regra acompanhado pela proclamada esperança de que seja a última das guerras.

A guerra de 1939-1945, talvez a mais destruidora guerra da história da Humanidade, até porque incluiu a utilização das primeiras bombas atómicas anunciadoras da capacidade adquirida pelo homem de destruir o planeta, teve igualmente essa celebração da esperança.

Tal esperança foi, embora equivocadamente, documentada pela Carta da ONU e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Todavia, rapidamente a ordem mundial anunciada pela Carta da ONU se transformou num projecto substituído pela Ordem dos Pactos Militares (NATO-VARSÓVIA), a qual assegurou por meio século, no espaço geográfico do seu confronto directo, aquilo a que Aron chamou *a guerra impossível, e a paz improvável*.

Não obstante, tal equilíbrio incerto teve um teatro geograficamente limitado, porque, pelas margens desses Pactos, graves conflitos militares, destacando-se a Coreia e o Vietname, ao lado das guerras por *entreposta entidade* que se desenvolveram pontuando a luta pela hegemonia de cada *Potência líder no resto do mundo*, continuaram a demonstrar que a paz voltava a ser uma realidade efémera⁽⁴⁾.

O consolidado conceito operacional que definia a guerra como um conflito armado entre estados soberanos, cada um exercendo, pelo seu país, o monopólio do poder militar para, usando a violência legitimamente titulada, impor a vontade ao opositor, seria entretanto desafiado pela realidade a que o general Rupert Smith chama "conflito

⁽⁴⁾ RAMSES, *Rapport annuel de l'Institut Français des Relations Internationales* (2009), publica um quadro elucidativo (p. 81) sobre: *Défense et Sécurité Internationale en Quelques Chiffres; "opérations de paix" dans le monde à l'été 2008; les opérations militaires contemporaines; Terrorisme, Prolifération Nucléaire et balistique*. O General Rupert Smith, analisando a evolução para o que chama *A guerra entre o povo*, submeteu o seu estudo ao título *The utility of Force: The Art of War in the Modern World* (2001), traduzido para português, pela Edições 70, com o título *A utilidade da Força - A arte da guerra no mundo moderno* (2008), sustentando que o que mudou foi o *conceito de guerra*, que designava classicamente um *conflito armado entre Estados Soberanos*, e, na entrada do Século XXI, é um paradigma de *conflito entre o povo*.

entre o povo", uma formulação que assinala mudança a exigir, em todo o caso, alguma difícil identificação do conteúdo.

Tal chamada de atenção ajuda a compreender uma das correntes do pensamento europeu sobre a decadência do Império Euromundista, a qual parece atribuir o descalabro ao passivo daquela intervenção europeia mundializada, uma percepção que Edgar Morin apoiou na afirmada dialéctica entre *Culture et Barbárie Européennes*, título adoptado para as suas conferências de Maio de 2005⁽⁵⁾ 6.

Não se trata de um decadente, mas sim de um dos mais lúcidos observadores da globalidade que deu expressão à *epistemologia da complexidade*, desafiado pela "fusão permanente entre a aspiração a um saber fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incomplitude de qualquer conhecimento"⁽⁶⁾.

Embora autonomizando o que chama a *barbárie europeia* no quadro geral da barbárie de todas as intervenções da força militar, é evidente que filia no passivo da conflitualidade interna europeia a categoria proposta de *Homo Demens*, porque o *Homo Sapiens* demonstra poder ser ao mesmo tempo capaz de delírio e de demência: anota que "a barbárie não é apenas um elemento que acompanha a civilização, é dela parte integrante. A civilização produz barbárie, particularmente conquista e dominação"⁽⁷⁾.

Talvez uma avaliação do percurso que inclui, nesta viragem do milénio, a privatização da guerra, deva, como dissemos, tentar um conceito operacional do legado ocidental, cujo período e realidade imperial terminou em 1945, data da vitória sobre os demónios interiores europeus, e não sobre invasores como mais do que uma vez aconteceu no passado. Tudo para tentar compreender como no *resto do mundo*, que foi

⁽⁵⁾ Edgar Morin, *Cultura e Barbárie Europeias*, tradução de Ana Paula de Viveiros, Lisboa, Instituto Piaget, 2007. Christian Zenter, *Las guerras de la posguerra*, Madrid, Casa del Libro, 1973, anota a evolução que dá sentido ao conceito de Rupert Smith: são referências a destacar, as *guerras de libertação colonial* (*El amo blanco debe marcharse*), as intervenções soviéticas na Europa (*trece días que estremecieron al mundo*), o desafio do fraco ao forte (*a la sombra del cubano*), o confronto das potências por entreposta entidade (*Israel, Vietname, Coreia, e sobretudo África*).

⁽⁶⁾ Edgar Morin e Jean Baudrillard, *A violência no mundo*, tradução Ana Paula Viveiros, Instituto Piaget, 2007.

⁽⁷⁾ E. Morin, *Cultura e Barbárie*, *ob. cit.*, p. 13.

tratado como a *cera mole*, nasce o desafio do *fraco ao forte* sem intervenção do Estado, uma realidade ali por vezes inexistente, e também o facto de a *guerra do povo* se tornar estrutural nos Estados nascidos da descolonização (falidos, problemáticos, em construção), dentro de urna moldura global que, como referimos, considera os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos, e desenvolve uma barbaridade específica, com a *privatização a fomentar um tremendo mercado de armas* que alimenta a conflitualidade e a subida aos extremos da guerra⁽⁸⁾.

A experiência portuguesa partilha o legado ocidental e também uma experiência específica de todas as modalidades, que vieram a incluir a actual *privatização da guerra*. Para usar antecipadamente um conceito operacional, trata-se da tendência alargada de inverter a ordem das relações entre Forças Armadas do soberano, com efeitos directos ou colaterais de protecção e dinamização da economia privada, para encontrar a economia global de mercado a dinamizar o complexo militar-industrial de que se lamentou Eisenhower no seu famoso *o farewell addressee* de despedida da Presidência dos EUA, e a reconhecer e assumir a transformação da função de intervenção militar face à dinâmica empresarial.

Esta evolução vem afectar a dimensão e estrutura do Estado como uma organização que assume o poder dos fortes sobre os fracos. Jellinek observa que as consequências da teoria da força "não são as de fundamentar o Estado, mas antes as de o destruir". Isto porque os dominados rapidamente terão como objectivo ocuparem eles a sede do poder: exactamente o movimento de revolta, contra os ocidentais e soviéticos, dos que dentro de cada área eram os que não tinham poder⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ Antoin Compagnon, Jacques Seebacher, (coord.), *L'Esprit de L'Europe*, Paris, Flammarion, 1993, no I volume - *Dates et lieux*, alinham várias contribuições sobre a evolução do espírito europeu neste domínio do exercício da guerra defensiva, ofensiva e interna.

⁽⁹⁾ Jellinek, *Teoria formal del Estado*, Buenos Aires, Albatuz, 1973, p. 143, "La teoria de la fuerza".

3. A mudança estrutural da relação Forças Armadas - Mercado

Recordada a relação natural entre Forças Armadas e economia, não apenas na medida em que esta é assumida como componente do bem comum do conceito estratégico da soberania, mas também pelos efeitos procurados, ou colaterais, que se projectam na sociedade civil e no mercado, aquilo a que o século XX assistiu foi a uma mudança, que tende para estrutural, da relação entre Forças Armadas e Mercado.

Admitamos que a relação contratual é a referência identificadora da sociedade civil em geral, e particularmente do mercado, pelo menos desde que a doutrina do contrato social se tornou dominante no século XVIII, e recorde-se que, por influência de Fiegei, a teoria política corrente distingue a *sociedade civil* do *Estado*, o que talvez ajude a esclarecer a evolução que temos em vista, considerando que o *civismo* (*civility*) inclui *deveres* para com a comunidade (civil e política) que dão origem a relações não contratuais, uma definição variável conforme a natureza dos regimes.

A partir do conceito da *Nação em armas*, que Goethe viu nascer na Batalha de Valmy (20 de Setembro de 1792), o *serviço militar obrigatório* foi um *dever cívico* estruturante do contingente, com um *quadro permanente* dedicado vitaliciamente ao serviço dos valores representados pela Bandeira, a juventude submetida ao processo integrador do serviço nas fileiras, todos os válidos obrigados a responder à mobilização nos casos de emergência.

Sobretudo depois da Paz de 1945, que iniciou um período de longa e profunda meditação sobre a *democracia*, vista como o regime que melhor garante a paz, os doutrinadores não avaliaram imediatamente os efeitos do novo conceito de *obediência responsável* (Nuremberg) que levou à punição dos generais dos exércitos vencidos, os quais não obtiveram reconhecimento da causa de justificação definida como obediência hierárquica da cadeia de comando ao poder político⁽¹⁰⁾.

⁽¹⁰⁾ Antoine de Baecque (dir.), *Une Histoire de la Démocratie en Europe*, Le Monde Editions, 1991, passa em revista as democracias ocidentais depois da guerra, mas o problema do estatuto das forças armadas nunca é abordado. O inquieto Jean-François Revel, *Le Regain démocratique*, Paris, Fayard, 1992, que antecipa o *direito de ingerência* contra os *países não democráticos*, não aborda a questão do estatuto militar. Robert A. Dahl, *La democracia y sus críticos*, Barcelona, Ediciones Paidós, 1992, prospectivando, a partir da queda do Muro de Berlim, a democracia do

Esta mudança de perspectiva ética foi assumida quando visivelmente atingiu a estrutura das Forças Armadas, a cadeia de comando e a vinculação jurídica do contingente, este em processo de recepção dos efeitos de duas variáveis: *o avanço sem precedente da ciência e das capacidades técnicas*, e a *reformulação cultural, nas sociedades avançadas, da relação do civismo com o dever militar*.

Entre os doutrinadores mais escutados, Norberto Bobbio, ocupando a guerra e da paz, foi acompanhando (1966) a formação de uma *consciência atômica* e a resposta dos pacifismos *instrumental, institucional e finalista* (este ético-religioso), mas para concluir que "a licitude da violência depende do facto de que em certa situação ela é o único remédio possível a ela mesma". Sublinha que a afirmação da "*guerra como via bloqueada*" é uma metáfora, mas salienta a sua perplexidade perante a utilização das capacidades técnicas disponíveis: é aqui que parece estar o factor determinante da evolução, que não analisou, do estatuto e estrutura das Forças Armadas⁽¹¹⁾.

Talvez, tendo como referência a domesticação da energia atômica para fins militares, o primeiro efeito relevante seja o *progresso técnico* que implicou, para todas as actividades das sociedades avançadas, a *necessidade crescente de pouca gente, mas altamente qualificada*, e a *decrecente necessidade de muita gente pouco qualificada*: o princípio napoleónico do *saber ler, escrever e contar*, habilitação indispensável para contar, registar, e usar, soldados, armas e munições, perdeu a validade e suficiência. Por isso, à medida que os quadros permanentes se especializam, ao mesmo tempo que multiplicam as suas formações transversais, o contingente, extinto o serviço militar obrigatório, é limitado e passa a ser *contratado*. O *contrato* é o modelo jurídico fundamental da sociedade civil, sem coincidência com o passado *dever cívico*, e o *sindicalismo* o seu modelo natural de defesa de interesses e direitos da massa trabalhadora: a cadeia

futuro, não autonomiza o tema. Norberto Bobbio, *O Filósofo e a Política* (antologia organizada por José Fernandez Santillan), Rio de Janeiro, Contraponto, 2003, dedicando profunda atenção à doutrina de *o Estado como reino da força* (Marx) e à relação íntima entre *legalidade* e *violência*, também não aflora a mudança da relação. De facto, são militares estratégias quem mais visivelmente detecta a nova realidade, desafiante da antiga doutrina.

(n) Norberto Bobbio, *O Problema da Guerra e da Paz*, S. Paulo, UNESP, 2002, especialmente "a ideia da paz e o pacifismo", p. 165.

de comando, para além da novidade da *obediência crítica*, tem de lidar com um *associativismo* que afecta o tradicional estatuto de representação pelo comando, isto é, a privatização acentua-se⁽¹²⁾.

Por tudo isso, a partir do fim da Guerra Fria, a presumida superpotência sobranter viu o Pentágono a pensar sobre a reformulação das Forças Armadas, ainda com atenção aos recursos financeiros postos à sua disposição pelo Orçamento de Estado.

A política das *parcerias* tecnológicas e financeiras e o recurso a saberes especializados na área das ciências sociais implicaram o crescimento exponencial do *outsourcing*, com apoio das administrações, quer democráticas quer republicanas. A chamada Transformação Militar revolucionou as perspectivas de organização e os conceitos operacionais, levando a procurar externamente o apoio para as *guerras de informação do milénio*, informação usada, designadamente, para a *guerra psicológica* e para enfrentar as chamadas *guerras assimétricas*, que nesta data já ameaçam a fronteira do Rio Grande em vista do crescente poder militar dos patrões da droga no México, onde desafiam derrotar militarmente o governo constitucional⁽¹³⁾.

Factos como este acentuam igualmente o enfraquecimento da distinção entre agressão externa e agressão interna, com efeitos previsíveis no conceito de prontidão e responsabilidade de intervenção das Forças Armadas.

⁽¹²⁾ Joseph E. Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, escreveu alguns textos lúcidos sobre "o fanatismo do mercado", onde não se ocupa da questão militar, mas que ajudam a lidar com o tema. São de interesse : *Quand le capitalisme perd la tête*, Paris, Fayard, 2003; *La grande désillusion*, Paris, Fayard, 2002; e, sobretudo, *Un autre monde*, Paris, Fayard, 2006, onde regista sinais do desastre financeiro de 2009. Ajuda a avaliar a privatização da guerra nos países pobres.

⁽¹³⁾ S. Makki, *Militarisation de l'humanité, privatisation du militaire*, Londres, Zed Books, 2001. M. Duffield, *Global Governance and the New Wars: The merging of development and security*, Londres, Zed Books, 2001. E. B. Smith, *The new condottieri and US policy: The privatization of conflict and its implications*, Parameters, 2003. D. Shearer, *Outsourcing War*, Foreign Policy, 1998. A. Magalhães, *As empresas militares privadas e a resolução de conflitos no quadro da ONU*, Nação e Defesa, 2008. F. Leandro, "Os não combatentes que combatem", *Jornal do Exército*, 2005. Francisco Garcia, *Da Guerra e da Estratégia*, Lisboa, Universidade Católica, 2008.

O passo inovador das empresas privadas, atravessando a linha de separação entre os *actos de inteligência* que pertencem à investigação e ao aconselhamento, para assumirem uma *capacidade de intervenção militar* legalizada, talvez deva considerar-se apoiado pelo unilateralismo republicano dos EUA, apoiado este ideologicamente pelos *neoconservadores*, aliados à *teologia de mercado*.

Considerando-se atentos à realidade internacional, desde 1970 que, entre outros, Irving Kristol, Leo Strauss, Allan Bloom, procuraram definir o *eixo do mal*, atraindo notáveis como Paul Wolfowitz, Richard Perle, Francis Fukuyama, parecendo crenes na missão da sua *nação indispensável*. Alguns deles assumiram responsabilidades no governo de Bush. O erro do Iraque deu origem ao que alguém chamou *Requiem pelos conservadores*, incluindo uma autocrítica de Fukuyama, de resto antes contrariado, no que toca à doutrina do fim da história, pelo seu professor Huntington, quando em 2005 escreveu - *Who are we?*⁽¹⁴⁾.

Esta espécie de apelos a um intervencionismo que evitasse os riscos que Huntington detectava para a identidade americana, não tendo já assistido ao triunfo de Obama, não eram orientados para também corrigir a mundialização sem governança. Tipicamente, o Prémio Nobel Paul R. Krugman dizia do mercado o que Churchill dizia da democracia, escrevendo, sem previsão da catástrofe do sistema financeiro, que "é pena, mas a sabedoria ensina que é na prática a melhor solução num mundo onde as políticas são tão imperfeitas como os mercados"⁽¹⁵⁾.

A *combinação do progresso técnico sem precedentes com a convicção a respeito da excelência do mercado*, mais a *ideologia da nação indispensável*, orientaram o processo americano no sentido do que chamaram a *Revolução Militar em Curso* (RMA), referindo um fenómeno de *transformação* que incluiu *effects based operations* (EBO) e *rapid decisive operations*, apoiados

(14) Charles Philippe David et Elisabeth Vallet, "Requiem pour les conservateurs", in *L'État du Monde*, Paris, La Découverte, 2009. J. Vaisse, "L'hiver du néoconservatisme", *Politique Internationale*, n.º 110, 2006. A. Frachon, D. Vernet, *L'Amérique messianique. Les Guerres des néoconservateurs*, Paris, Seuil, 2004.

(15) Paul R. Krugman, *La mondialisation n'est pas coupable*, Paris, La Découverte, 2000, p. 215. Joseph E. Stiglitz, *Un outre monde. Contre le fanatisme du marché*, Paris, Fayard, 2006, advertia que a mundialização "bem gerida" pode trazer grandes benefícios, pelo que urna das principais opções das sociedades é encontrar o equilíbrio entre o Estado e o mercado.

em novas gerações de armas de precisão a longa distância, sistemas de tratamento de dados consentidos pelas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), uso de munições inteligentes, o adversário visto como um *sistema com vulnerabilidades* a atingir com segurança e imunidade: falou-se de *guerra cirúrgica*, de facto significando que *só o adversário terá vítimas*⁽¹⁶⁾.

Independentemente da análise técnica dos dados que basearam as decisões militares, o processo também pareceu influenciado por uma percepção da hegemonia sustentada da *Cidade Planetária do Norte* (Mao), liderado pela superpotência sobranceira, depois de 1989. As teorias, que pareceram depender desta premissa, foram objecto de revisão e crítica porque os factos obrigaram a uma nova avaliação das conclusões⁽¹⁷⁾.

Do ponto de vista da privatização da guerra, parecem sublinhar estas consequências: 1) o critério da recentragem da balança de poderes desencadeou *estratégias de resposta à supremacia americana*, incluindo a China, a Coreia do Norte, o Irão; 2) isso implicou um *crescimento imprevisto da indústria do sector*, incluindo: a *proliferação das armas de destruição maciça*; a *circulação comercial dos saberes e das técnicas*; um *desafio às lealdades nacionais*; a *mundialização do mercado das armas*; a *corrupção eventual de responsáveis pelas instâncias de decisão*⁽¹⁸⁾. A intervenção da administração

⁽¹⁶⁾ Philippe Coquet, "Technologie et Guerre", in RAMSES, Dunod, 2009, dir. de Thierry de Montbrial e P. M. Defarge, p. 88. R. Smith, *L'utilité de la force*, Paris, Economica, 2007. A. Cebrowski, *Military Transformation: a Strategie Approach*, Washington, D. C., Office of Force Transformation. Antonio José Telo, "Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso", *Nação e Defesa*, n.º 103, 2002, um dos mais actualizados estudos em língua portuguesa. Peter Singer, *Corporate Warriors - The rise of privatized military industry*, New York, Cornell University, 2004. Francisco Proença Garcia, "O fenómeno subversivo na actualidade. Contributos para o seu estudo", *Nação e Defesa*, n.º 114, 2006.

⁽¹⁷⁾ Jack S. Levy, "Theories of General War", *World Politics*, vol. 37, 1985, pp. 344-374, serve de referência: "Hypotheses on general war shall be constructed in a way that facilitates their critical test against conflicting propositions from other frameworks".

⁽¹⁸⁾ Michael Klare, *Rising Powers, Shrinking Planet. The New Geopolitics of Energy*, Londres, Metropolitan Books, 2008, fez uma importante demonstração sobre as dimensões económicas das guerras, salientando as disputas pelas fontes de energia.

Bush na Segunda Guerra do Iraque, agravou o caos da população e do Estado com o *desastre dos conceitos*⁽¹⁹⁾.

4. Empresas Privadas: a legalização dos cães de guerra

Entre o triunfalismo neoconservador americano e o 11 de Setembro de 2001, a intervenção militar do unilateralismo americano foi coberta por uma definição virtual dos factos a cargo dos meios de comunicação social. Foi justamente um jornalista, Norman Solomon, que definiu o resultado político com esta expressão: "*War Made Easy*"^m.

Com antecedentes, mas sobretudo a partir desse 11 de Setembro, a ideologia do mercado, aliada à necessidade de garantir a firmeza da liderança dos EUA, encaminhou a direcção militar no sentido de alargar a técnica da contratação para se libertar de tarefas de controlo administrativo e burocrático, iniciando um processo que viria a articular-se com a memória dos *mercenários* que, no fim da guerra-fria, serviram poderes erráticos pelas áreas do subdesenvolvimento, porque as sociedades privadas vieram a assumir funções operacionais de primeira linha, evidente na situação caótica a que conduziu a intervenção no Iraque⁽²¹⁾.

⁽¹⁹⁾ Ahmed Rashid, *Descent into Chaos - United States and the Failure of Nation Building in Pakistan, Afghanistan and Central Asia*, Londres, Viking /Penguin, 2008, avalia o desastre. Por seu lado, S. Walt, *Pourquoi le monde n'aime plus les Etats-Unis*, Paris, Demopolis, 2008, orienta para a revisão do unilateralismo americano. Ken Booth e Nicholas Wheeler, *The security Dilemma. Fear, Cooperation and Trust in World Politics*, New York, Paigrave, 2008, avaliam os riscos do critério da balança de poderes e ensaiam doutrina de contenção dos riscos.

⁽²⁰⁾ Norman Solomon, *War Made Easy*, New Jersey, Wiley, 2005. Por seu lado, Alexandre Adler, *J'ai vu finir le monde ancien*, Paris, 2002, descreve a ruptura dessa percepção triunfalista pelo ataque às Torres Gémeas: "Oui, ce fut bien une apocalypse, au sens originaire, grec, de l'expression, une révélation de notre monde, que ce terrible spectacle du 11 Septembre 2001".

⁽²¹⁾ S. Makki, "Militarisation de l'humanitaire, privatisation du militaire", *Cahiers d'Etudes Stratégiques*, Paris, CIRPES, 2004. Sami Makki, "De la privatisation de l'armée à la privatisation de la guerre", in *L'Etat du Monde*, Paris, La Découverte, 2009, p. 44 ss.

Ao mesmo tempo, embora persistindo na doutrina a visão clássica da violência como conflito entre potências, escritores como Martin Creveld tornaram evidente os novos tipos de conflitos, envolvendo lutas de grupos étnicos, de facções religiosas, de lutas primárias pelo poder, obrigando a rever os conceitos diferenciadores de guerras civis e militares, terrorismo e guerra, um campo aberto às empresas privadas⁽²²⁾.

A presença da experiência mercenária na genealogia das Sociedades Privadas não pode deixar de ser considerada. A ONU procurou lidar juridicamente com os que então foram chamados *cães de guerra*. A reprovação jurídica e ética, que acompanhou essa actividade, viu-se batida pela *teologia de mercado* que aristocratizou as *empresas*, agentes da doutrina do fim da história⁽²³⁾.

Talvez possa encontrar-se um antecedente destas sociedades nas Sociedades Majestáticas em que os poderes coloniais delegaram a administração de territórios submetidos. Delas se destacou historicamente *The East India Company*, que governou, legitimada pela Inglaterra, o futuro Império que daria esse título à Rainha Vitória (1876), depois da revolta sangrenta dos Cipaios (1858) contra a Companhia. Esta dispunha do exército engalanado pelo estilo e concepção do mundo e da vida britânicos, mas prestando juramento de fidelidade à Companhia.

Célebre ficou a fundação, em 29 de Outubro de 1889, da *British South Africa Company*, sob a autoridade de Cecil Rhodes, que haveria de afectar os interesses portugueses, um líder no qual Spengler viu o

⁽²²⁾ Martin Vam Creveld, *La transformation de la guerre*, Paris, Editions du Rocher, 1998, p. 249. Francisco Proença Garcia, "O fenómeno subversivo na actualidade. Contributos para o seu estudo", *Nação e Defesa*, n.º 114, 2006, p. 169. Mary Kaldor, *New and Old Wars. Organized violence in a global era*, Stanford University Press, 2001, demonstra o anacronismo da clássica conceptualogia da guerra, apontando o novo paradigma de guerra, crime organizado, e violações bárbaras dos direitos humanos.

⁽²³⁾ p Singer, "War, Profits, and the Vacuum of law: Privatized Military Firms and International law", *Columbia Journal of Transnational Law*, 2004, onde a evolução jurídica está documentada. E. B. Smith, *The New Condottieri and US Policy: The Privatization of Conflict and Its Implications*, *Parameters*, 2003, p. 104, sobre a linha política da evolução. J. C. Zarate, "The Emergence of a New Dog of War: Private International Security Companies International Law, and the New World Disorder", *Stanford Journal of International Law*, vol. XXXIV, 1998, p. 75.

primeiro homem dos tempos novos, respondendo ao conceito de que "a expansão é tudo"⁽²⁴⁾.

Seguindo o modelo, Portugal também criou, em 1888, a Companhia de Moçambique, que receberia a concessão da soberania em 1891. Governava 140.000 quilómetros quadrados, com autoridade administrativa e policial, tendo a cidade da Beira por capital. A Companhia do Niassa, por seu lado, receberia em 1893 estatuto semelhante, com soberania sobre 200.000 quilómetros quadrados entre os rios Rovuma e Lúrio, mas com resultados modestos.

A situação actual evoluciona porém da realidade dos *mercenários* que se evidenciaram depois do fim da guerra de 1939-1945, desafiando quer a legalidade quer a reformulação da legislação internacional, para a dignificação pela *teologia de mercado* que dominou a entrada no milénio⁽²⁵⁾. Não faltam análises reconduzindo as inquietações a um conceito de crepúsculo dos EUA, mas talvez seja de destacar que é a realidade do Estado que se encontra em mudança⁽²⁶⁾.

Um dos efeitos visíveis depois do 11 de Setembro, agravado pelos atentados de Madrid (2004) e de Londres (2005), foi a *deriva* securitária das democracias, a começar pelos EUA. Em Portugal, anuncia-se que os efectivos das *empresas de segurança privada*, sustentados pela sociedade civil, ultrapassam a soma dos efectivos da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Republicana. O sociólogo Loic Wacquant afirma que "a mão invisível do mercado usa uma luva de ferro", e conclui que "um mau vento, que sopra da outra margem do Atlântico, fecha as fábricas e abre as prisões da velha Europa". Relacionado com a antes

⁽²⁴⁾Oswald Spengler, *Le déclin de l'Occident*, Paris, Gallimard, 1948.

⁽²⁵⁾ Entre os estudos publicados, destaca-se o ensaio do Major de Inf. Para. Cordeiro de Menezes CEM 07-08, intitulado "Empresas Militares Privadas" e publicado em *Estratégia*, IPCE, Lisboa, 2009. A questão jurídica dos mercenários e o vazio legal, incluindo a evolução da intervenção da ONU, estão ali suficientemente referenciados.

⁽²⁶⁾ Alexandre Adler, *J'ai vu finir le monde ancien*, Paris, Grasset, 2002, invocando-se como "*observateur engagé*", conclui: "Depois do 11 de Setembro de 2001, a América range os dentes, e compreendeu que se a hegemonia mundial não lhe era destinada, era-lhe necessário, em vez disso, vigiar pela segurança dos seus habitantes e dos seus aliados" (p. 307).

mencionada crise de confiança, é a opinião pública que fortalece o *mercado de segurança*⁽²⁷⁾.

Pelo que toca directamente às Forças Armadas, permanece o clássico conceito de que a guerra é um "verdadeiro camaleão" (Clausewitz) em que "cada um dita a lei ao outro". Uma época de intervenções limitadas multiplica a semântica das intervenções, falando de *coerção*, de *controlo da violência*, de *guerra* e *outras operações*, de *peace Keepers*, de *ingerência humanitária*, hesitando na diferenciação entre o *combate tecnologicamente sofisticado* (vitória relâmpago) e a que foi chamada a *paz rústica* que várias modalidades de intervenção procuram⁽²⁸⁾. Nestas se inscrevem as Operações de Manutenção da Paz (OMP), domínio tradicional da ONU, cujos Capacetes Azuis arregimentam (2008) oitenta mil homens, fornecidos pelos Estados numa ajuda em nome da organização. Os Estados, designadamente usando a NATO, a União Africana, ou a União Europeia, inscrevendo de regra uma componente militar (Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Afeganistão) tendem para preferir missões de estabilização, que incluem *ajuda humanitária*, *desenvolvimento*, *reconstrução*, *diplomacia* e, se necessário, *uso do poder militar*. Entretanto, a *proliferação nuclear*, o *terrorismo*, a *criminalidade*, a *pirataria*, tecem uma rede de ameaças e riscos globais⁽²⁹⁾.

⁽²⁷⁾ Sophie Body-Gendrot, "L'Europe gagnée par la politique de la peur?", in *L'État du Monde*, 2009, p. 180. L. Wacquant, *Les Prisons de la misère*, Paris, Raisons d'Agir, 1999. D. Garland, *The culture of control*, Oxford University Press, 2001.

⁽²⁸⁾ Étienne de Durand (dir.), "Questions Stratégiques", in *RAMSES, JFRI*, Paris, 2008, p. 72. R. Smith, *L'utilité de la Force*, cit.. Cebrowski, *Military Transformation: a strategie approach*, Washington, Office of Force Transformation, 2003. S. Lodgaard e B. Maerli, *Nuclear Proliferation and International Security*, Londres, Routledge, 2007. Pedro Pezarat Correia, "A tendência para a privatização da violência", in *Janus*, UAL, Lisboa, 2005, p. 129. Pedro Pezarat Correia, "Reformar a guerra: o fim do monopólio clausewitziano", in *Janus*, 2002. Victor Marques dos Santos, "A privatização da violência legítima", *Nação e Defesa*, IDN, n.º 98, 2001. Nuno Mira Vaz, *Civilização das forças armadas nas sociedades liberais*, Cosmos/IDN, 2006. Mary Kaldor, *New and old Wars: organized violence in a global era*, Cambridge, Polity Press, 1999.

⁽²⁹⁾ No panorama anárquico da ordem internacional, o modelo das Empresas Militares Privadas suscita os problemas da sua fronteira com os *mercenários* e da sua invasão da *fronteira da acção militar*, que o conceito clássico da guerra reserva ao confronto entre poderes soberanos. A Comissão dos Direitos Humanos da ONU recebeu do seu *Special Rapporteur*, em 1997, a conclusão de que a diferença

As articuladas Empresas Privadas distinguem-se, em primeiro lugar e como é princípio do direito comercial, pelo objecto social, existindo empresas de *aconselhamento e treino com assistência militar, de análise militar, de apoio logístico, de segurança e actividades privadas, de avaliação de riscos empresariais, de prevenção da criminalidade e de combate*, isto é, participando em *operações militares* de iniciativa estadual.

A teologia de mercado global não inclui limitações dos objectivos económicos dessas empresas em relação ao Estado sede da instituição, não inspira que o civismo venha antes do objectivo do lucro, a paz não é provavelmente a noticia mais desejada pelos gestores, a corrupção insinua-se eventualmente na metodologia, o seu controlo político, militar ou jurisdicional tende para a debilitação ou para a inexistência⁽³⁰⁾. Segundo dados de 2008, os EUA utilizaram no Iraque 160.000 operadores privados, um privado por 100 soldados. A política de alargamento do mercado das indústrias de guerra tem apoio no *lobbying* da *Internacional Peace Operations Association* (IPOA), com dezenas de sócios. A demissão da política, na dependência do complexo militar industrial, de que se lamentou Eisenhower, progride⁽³¹⁾. Os seus mortos em combate não são contabilizados pelas estatísticas.

está em que as Empresas são apenas contratadas pelos Estados, enquanto que aqueles são *soldados de fortuna*, visando um salário, instruindo, treinando e combatendo por governos em dificuldades, ou por rebeldes. A Assembleia-Geral aprovou, em 4 de Dezembro de 1989, uma Resolução que inclui, no seu Protocolo Adicional à Convenção de Genebra de 1977, as empresas recrutadoras. Esta atitude, que de facto é reprovadora das Empresas, não tem consenso generalizado, e a consagração pela teologia de mercado deu-lhes validade real. Por isso, em 1996, um Relatório para a ONU de Enrique Bernado Ballesteros, conclui que *nem todas* as Empresas são mercenárias, o que não travou a utilização delas pelos Estados, quando chamados a cooperar com a ONU: são exemplo, entre outros, intervenções na Serra Leoa, Zaire, Libéria, Congo, Uganda, Sudão, Angola, Sri Lanka, Arábia Saudita, Colômbia e Jugoslávia.

⁽³⁰⁾Pedro Pezarat Correia, *cit.* P. W. Singer, *Corporate Warriors: the rise of the Privatized Military Industry*, Londres, Cornell University Press, 2003.

⁽³¹⁾ M. Duffield, *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*, Londres, Led Books, 2001. H. Wulf, *Internationalizing and Privatizing War and Peace*, New York, Palgrave Macmillan, 2005.